

RELATÓRIO DE GESTÃO

2009

Em cumprimento do disposto na Lei 53-F/06 de 29 de Dezembro e nos Estatutos vem o Conselho de Administração da ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, submeter à apreciação da Câmara Municipal de Almada, no exercício do poder de superintendência desta, previsto na alínea d) do artigo 24º dos Estatutos, o Relatório do Conselho de Administração, as contas do exercício, a proposta de aplicação de resultados e o Parecer do Fiscal Único, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Assim:

Evolução da actividade

Em conformidade com exercícios anteriores a empresa deu continuidade às actividades que lhe estão estatutariamente atribuídas, nomeadamente a recolha de viaturas em fim de vida, a gestão dos parques sazonais das Praias do Rei e da Rainha e a fiscalização e gestão do espaço público de estacionamento, em conformidade com a regulamentação definida pela Câmara Municipal.

Mantendo a atitude dos exercícios precedentes a empresa deu continuidade à sua actividade procurando exercer sobre os utentes do espaço público, de forma continuada e persistente, uma acção informativa e marcadamente pedagógica.

Esta acção foi mantida de par com uma fiscalização efectiva sancionando as infracções consideradas mais lesivas da harmonia dos espaços públicos e dos direitos de outros utentes em moldes mais à frente descritos.

Concluída a fase de implementação dos regulamentos municipais que estabelecem normas relativas à emissão dos títulos de residente em que a colaboração dos Juntas de Freguesia foi de grande valia, atenuando, em matéria de atendimento, a pressão sobre a empresa cujas estruturas de atendimento dispõem de recursos limitados e colaborando de forma prestimosa no registo de informação, essa colaboração tem diminuído progressivamente recaindo, neste momento, sobre a empresa praticamente todo o trabalho administrativo inerente a esta faceta da actividade.

As restrições necessárias ao estacionamento e circulação na zona pedonal criada no eixo principal de circulação da cidade continuaram a determinar a absorção de recursos consideráveis da empresa dado persistirem os hábitos criados durante décadas de vida urbana e os trajectos alternativos, face a esta inércia perante a mudança, se afigurarem como demasiado longos e eventualmente “desnecessários”.

Embora existam dois parques de estacionamento privados na proximidade da zona pedonal, por decisão da CMA, foi durante o exercício transacto, em Agosto, posto à disposição dos utentes desta área da cidade um novo parque com uma capacidade de cerca de 70 lugares, com o

objectivo de assegurar uma maior oferta de estacionamento de proximidade como contributo para melhor viabilizar as actividades comerciais e de serviços aí existentes.

Dando continuidade à actividade realizada em exercícios anteriores prosseguiram, em toda a área do concelho, as tarefas de localização e identificação de novos VFV's, da sua remoção do espaço público e da sua entrega para efeitos de desmantelamento e abate a agentes credenciados pela Valor Car.

1.1. Gestão dos parques das Praias do Rei e da Rainha

À semelhança de exercícios económicos anteriores foi atribuída à empresa a gestão dos parques sazonais das Praias do Rei e da Rainha.

O quadro seguinte indica a frequência registada em ambos os parques:

Meses	Motos	Ligeiros	Pesados
Junho	303	20 055	328
Julho	340	39 400	1 349
Agosto	282	57 240	47
Setembro	45	9 418	5
Total	970	126 113	1 729

Conforme se descreve no quadro abaixo indicado constatou-se um pequeno acréscimo na frequência de veículos ligeiros e um, também pequeno, decréscimo na frequência dos parques por parte de motociclos.

Ano	Motos	Ligeiros	Pesados
2008	1 219	125 540	1 702
2009	970	126 113	1 729
Diferença	(249)	573	27

Os rendimentos associados à gestão dos parques atingiram o montante de **122 614 euros**.

1.2. Fiscalização do espaço público

1.2.1. Exploração das áreas de estacionamento de duração limitada tarifado

Por razões que se presumem ligadas às modificações que estão continuamente a ocorrer na cidade por necessidade de acomodação às estratégias do Plano de Mobilidade e seguramente por factores ligados à diminuição da circulação automóvel na cidade por força da oferta de mobilidade que o MST representa, constataram-se como não aderentes à realidade as previsões orçamentais para o rendimento por lugar dos vários tipos de regime existentes no espaço urbano.

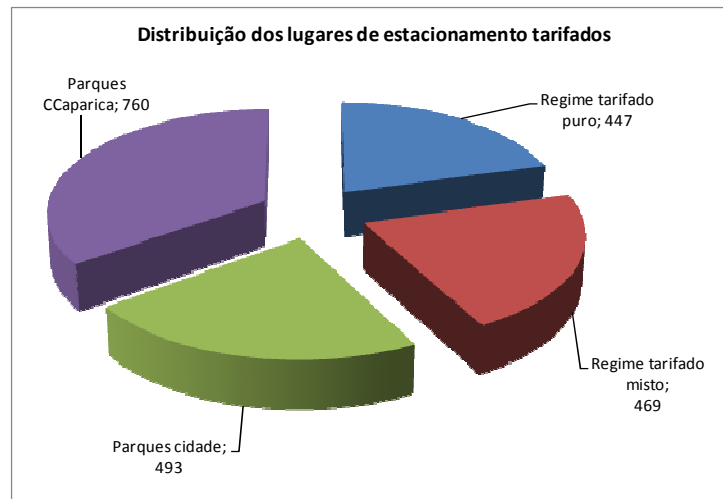
Estes desvios determinam, naturalmente, uma quebra dos rendimentos obtidos pela empresa nas zonas situadas no centro da cidade.

A perda de rendimento foi particularmente incidente nos designados regimes mistos (assim designado porque permitem a utilização conjunta de residentes, com isenção de pagamento e não residentes com obrigatoriedade de pagamento).

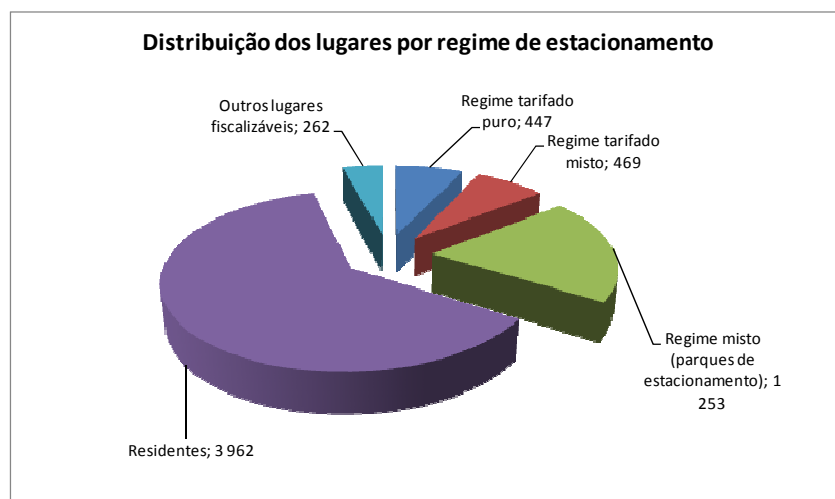
Os dados reais obtidos relativamente ao exercício de 2009 revelaram que a receita média diária se comportou da seguinte forma:

- Lugares tarifados puros 1.34 €
- Lugares tarifados mistos 0.59 €
- Lugares de tarifa múltipla 0.30 €

No seu conjunto, a cidade e as áreas de estacionamento da Costa de Caparica representam uma oferta de 2.169 lugares com a distribuição expressa no gráfico abaixo indicado.



Estes lugares integram um total de 6.393 fiscalizáveis dado que as áreas afectas, com carácter de exclusividade a residentes, os lugares reservados a entidades oficiais, a deficientes e a cargas e descargas constituem uma parte igualmente importante da actividade da empresa que não origina quaisquer rendimentos.



O gráfico acima indicado expressa de forma bem evidente que grande parte do esforço de fiscalização se exerce sem qualquer contrapartida que não seja o contributo para a harmonização dos espaços públicos e a afirmação dos direitos de alguns dos seus utilizadores.

No seu conjunto os lugares “não remunerados” representam cerca de 76% do espaço público da cidade sob gestão da ECALMA.

Os 760 lugares de estacionamento da Costa de Caparica apenas são contabilizados no conjunto da oferta disponibilizada a partir de Agosto data em que se reuniram todas as condições necessárias para intervir, designadamente a sinalização e os parquímetros.

A intervenção na Costa de Caparica, por se tratar de uma zona nova, seguiu o método que a empresa adopta nestas circunstâncias com o objectivo de, sem recurso imediato à sanção, dar tempo a que os utentes se apercebam da alteração das regras de utilização dos espaços públicos. Desta forma, a partir da segunda semana de Julho (inclusive), foram distribuídos centenas de folhetos informativos e, numa etapa posterior, advertências.

Embora, face ao método de intervenção, o recurso à advertência em detrimento da emissão directa de avisos de infracção faça sentido nesta zona (ou noutras que eventualmente venham a ocorrer), é de admitir, relativamente aos espaços regulamentados onde a acção da empresa já esteja instalada e se desenvolva de forma regular e contínua, que esta prática, por força das disposições regulamentares, tenha tendência a perder importância e diminuição no contexto da actividade realizada.

A exploração da zona tarifada da Costa de Caparica, conforme se referiu, teve início em Agosto e, dado o elevado nível de frequência que se registou, determinou um proveito não previsto no orçamento da empresa que, compensando a quebra no centro da cidade anteriormente referida, é responsável pelo excedente que se verifica na execução orçamental desta rubrica.

A designação de parque é atribuída a zonas de estacionamento em que vigoram sistemas de tarifário múltiplo com estacionamento de curta, média e longa duração como por exemplo os lugares existentes na Praça João Raimundo, Margueirinha, Irene Lisboa e Bombeiros de Cacilhas onde, nalguns casos, é também permitido o estacionamento a residentes.

O parque da Av. Afonso Henriques, com uma capacidade de 70 lugares, encontra-se incluído no grupo dos “Parques da cidade”.

1.2.2. Avaliação da actividade fiscalizadora.

Durante o exercício de 2009 foram realizadas pela empresa perto de meia centena de milhar de acções de fiscalização.

Em concordância com o princípio de alterar a conduta dos utentes de espaço público, através de uma intervenção de natureza mais pedagógica do que policial, cerca de 56% dessas intervenções foram orientadas neste sentido.

Como referido em exercícios anteriores, a persistência na utilização deste modo de intervenção, mantendo pressão sobre os infractores, radica na convicção de que o exercício da fiscalização pode exercer-se, induzindo alterações de comportamentos, sem o ónus imediato de sanções.

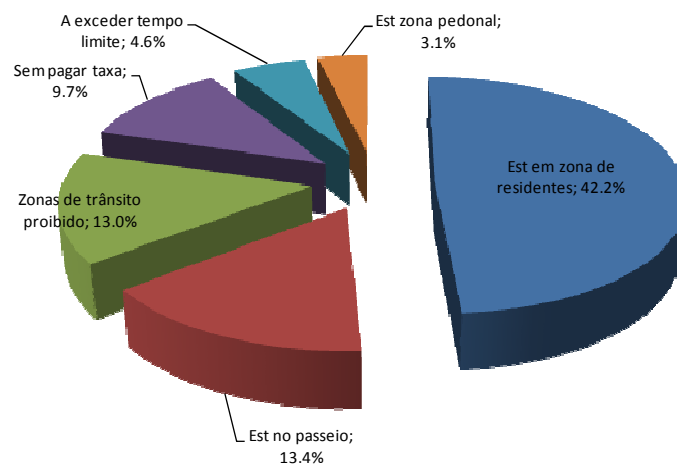
Não existem formas de avaliar o impacto desta forma de intervenção porque se constata que apenas após a utilização de medidas mais firmes, designadamente o bloqueamento e a remoção, se obtêm efeitos mais persistentes todavia acredita-se que produzirá alguns efeitos, particularmente nos infractores menos “convictos”.

Durante o exercício de 2009, a advertência foi largamente utilizada no início da exploração do parque da Costa de Caparica onde foi seguido o método de procurar de forma persistente (e paciente) informar os utentes das alterações que vão ocorrer na forma de utilização do espaço público, em conformidade com as disposições constantes dos respectivos regulamentos específicos.

Na comparação entre a actividade referente ao período de 2007 a 2009, constata-se que ocorreu um acentuado acréscimo do número de intervenções não existindo no entanto uma alteração muito significativa da relação entre as que se revestem de natureza sancionatória e as que apenas têm uma natureza informativa. Cerca de 86% das infracções aplicadas estão prioritariamente associadas a intervenções com o objectivo de proteger as zonas destinadas a residentes, a evitar a ocupação dos passeios, a disciplinar a utilização das zonas tarifadas e a limitar a permanência e a invasão da zona pedonal (ver gráfico abaixo).

Outra frente de trabalho que exigiu da empresa um grande empenhamento e uma afectação de recursos muito significativa é a preservação da zona pedonal onde, mau grado o já longo período de intervenção, a empresa se continua a confrontar com uma apreciável resistência à mudança de hábitos, forçando a presença quotidiana de vários agentes de fiscalização sem uma contrapartida de relevo em termos de proveitos, gerando um impacto negativo no resultado operacional e, conseqüentemente, nas transferências a realizar pela CMA.

Durante o ano de 2009 foram emitidos e enviados à ANSR 5.040 autos provenientes dos avisos de infracção e 2.514 em resultado de infracções sujeitas a bloqueio e/ou remoção.



O valor das coimas, não cobradas pela ECALMA, associadas aos autos enviados à ANSR é de 195.335 euros.

Este montante representa um proveito potencial para a ECALMA, que, em limite, se integralmente cobrados pela ANSR, ascenderia a aproximadamente 107.000 euros (55% daquele montante).

Mantêm-se as dificuldades no estabelecimento de previsões por desconhecimento da cobrança efectuada pela ANSR e da sua ligação aos autos remetidos pela ECALMA.

O valor das coimas, cobradas directamente pela ECALMA e depositadas em conta da ANSR resultantes dos autos directos (2.514) emitidos nas situações de bloqueios e remoções cifra-se em 88.613,94 euros dos quais 55% constituem rendimento da empresa (48.737,67 euros), 35% pagos à Direcção de Finanças e 10% creditados em conta da ANSR.

Os rendimentos próprios da ECALMA - taxas - relativos a intervenções de bloqueio, remoção e depósito e estadias dos veículos nas instalações da empresa em consequência de infracções autuadas, ascenderam a 116.920 euros.

1.3. Cartão de residente, cartão de acesso

Conforme referido, actualmente a quase totalidade do tratamento dos processos de emissão e renovação dos títulos de residente é processado na empresa.

Após uma valiosa contribuição no lançamento do processo de recolha da informação o papel das Juntas de Freguesia deixou de ter a importância inicial sendo, actualmente, esta informação processada na empresa e os contactos com os munícipes realizado através do atendimento público.

Durante o exercício de 2009 foram emitidos **1.958** cartões de residente e **490** cartões de acesso (novos requerimentos, actualizações e renovações incluídas).

Esta actividade, tal como em exercícios anteriores, implica custos (particularmente os que estão associados à expedição dos cartões) com algum significado sem originar quaisquer proveitos.

1.4. Viaturas em fim de vida (VFVs)

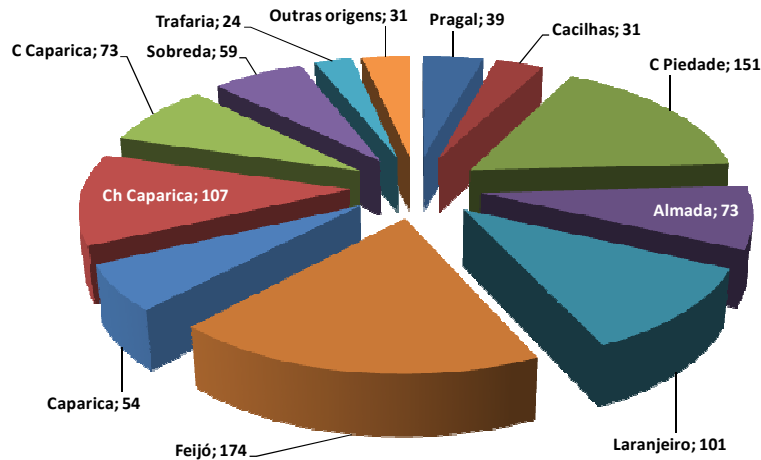
Em 2009 foi dada continuidade ao trabalho de recolha de informação, de remoção e venda de VFV's, beneficiando da melhoria das condições de segurança das instalações do Alto do Índio.

Tendo em linha de conta a obtenção destas condições de segurança nas instalações de depósito dos veículos removidos de espaço público, durante o decorrer do exercício, a empresa conseguiu aumentar em 68% a actividade relativamente a 2008.

No exercício de 2009 foram removidos 917 veículos tendo no ano transacto sido removidos 541.

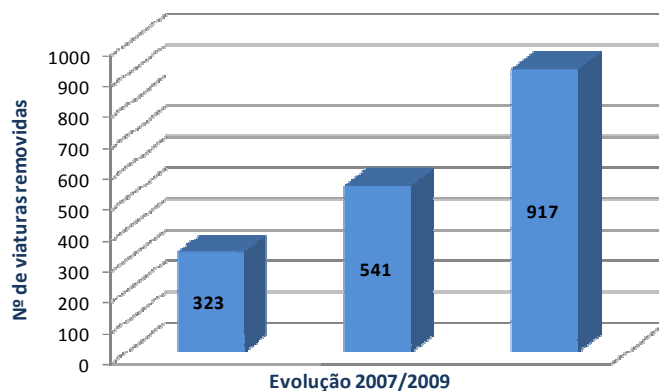
A distribuição por freguesia consta do gráfico indicado na página seguinte.

A remoção de viaturas abandonadas é um dos domínios de actividade da empresa em que se têm, exercício após exercício, registado progressos significativos.



No último triénio o número de remoções de VFV's registou a evolução constante do gráfico abaixo indicado.

Em conformidade com os procedimentos do CE, nos termos do nº 4 do Artº 165, após a conclusão dos processos de transferência de propriedade dos veículos abandonados para a ECALMA, estes são vendidos a operadores da rede ValorCar.



São ainda considerados relevantes os dados seguintes:

- **Viaturas doadas à empresa:** 195 (21% das viaturas removidas)
- **Viaturas reclamadas:** 213 (23% das viaturas removidas)
- **Viaturas vendidas:** 475

A quantidade de viaturas vendidas apresenta um acréscimo de 31% relativamente a 2008 (368) tendo os rendimentos associados a esta actividade atingido o montante líquido de IVA de **57.100 euros**.

2. Recursos humanos

Apresenta-se mapa de movimento de pessoal relativamente ao exercício em relato considerado o quadro de pessoal em 31 de Dezembro de 2008, previsão em sede de Plano de Actividades e Orçamento (PAO) de 2009 e situação real em 31 de Dezembro de 2009.

CATEGORIA	2008 DEZ	2009 PAO	2008 2009	2009 DEZ
Técnico Superior - Jurista		1	+1	2
Técnico Especialista - TOC	1	1	-	1
Assistente Administrativa	1	1	-	1
Agentes de Fiscalização	20	27	+7	29
Operadores de Equipamentos de Gestão	2	2	-	2
Auxiliares Serviços Administrativos de Fiscalização	5	7	+2	7
Assistente de Agente de Fiscalização	0	0	-	3
Motorista	0	1	-	2
Auxiliares Serviços Administrativos	1	1	+1	1
Auxiliares Serviços Gerais		1	+1	0
QUADRO DE PESSOAL	30	42	12	48

Como se pode verificar registou-se um aumento de 6 trabalhadores relativamente ao inicialmente previsto. Tal facto deve-se à contratação a termo certo, até final de 2009, de 2 agentes de fiscalização para assegurar a fiscalização a partir de Agosto do parque da Costa da Caparica (previsto como uma possibilidade no PAO de 2009 mas não orçamentado); 3 assistentes de agentes de fiscalização, sendo dois para assegurar o funcionamento do Parque da Av. Afonso Henriques (não previsto em PAO) e um com contrato de substituição; um motorista e uma jurista (regime de estágio).

Por outro lado estava prevista a contratação de um auxiliar de serviços administrativos que não se concretizou no ano em apreço.

A gestão dos Parques das praias do Rei e da Rainha foi assegurada, conforme prática dos anos anteriores, por oito trabalhadores, contratados a termo certo (4 meses), devidamente enquadrados por agentes de fiscalização do quadro da empresa.

A média etária é de 31 anos, sendo 21 homens (44%) e 27 mulheres (56%).

Apenas um trabalhador (Lisboa) não reside na margem Sul, sendo que quase 70% residem em Almada (33) e os restantes em Seixal (13) e Barreiro (1).

Relativamente aos vínculos laborais, eram trabalhadores efectivos no final do exercício 31 trabalhadores (65%), sendo que, considerada a política de recursos humanos da empresa, praticamente todos os restantes deverão, em princípio, integrar o quadro de pessoal no decurso do ano de 2010

3. Execução orçamental

A exemplo do que vem sendo prática, embora não sendo formalmente exigível, mas os princípios de transparência recomendam, anexa-se ao presente relatório mapa demonstrativo da execução

orçamental verificada, comparando valores realizados com valores previsionais (orçamento) e percentagem de execução verificada.

Relativamente aos proveitos resultantes das operações na actividade atingiram 843.854 euros contra 873.178 euros donde resulta uma taxa de execução de 96,6%.

Analiticamente registaram-se taxas de execução que variaram entre 69% e 125% sendo de salientar o acréscimo verificado no estacionamento de duração limitada (parquímetros) -125% - em resultado das significativas receitas obtidas com o Parque da Costa da Caparica em Agosto, que em sede de Plano de Actividades para 2009, se admitia poder vir a ocorrer mas não teve consagração orçamental.

No que se refere aos Custos e Perdas atingiram 1 115 475 euros, menos 17 587 euros que o orçamentado no montante de 1 133 062 euros, donde resultou uma taxa de execução de 98,4%.

Quanto aos fornecimentos e Serviços de Terceiros a taxa de execução foi de 95,7%, tanto mais positiva quando se verificaram custos com algum significado, não orçamentados, relativos às entradas em funcionamento dos parques da Costa da Caparica e da Av. Afonso Henriques, este de apoio ao comércio na zona pedonal.

No que se refere às Despesas com o Pessoal a taxa de execução foi de 96,8% valor tanto mais significativo quando, como anteriormente referido no ponto relativo aos recursos humanos se verificou a admissão de 5 trabalhadores, não prevista em orçamento, no quarto final do ano, para assegurar a gestão dos referidos parques da Costa e Av. Afonso Henriques.

Os Resultados das Operações verificados atingiram 273 370 euros (negativos) quando o previsto era de 259 884 euros (negativos).

Refira-se, porque relevante, que no orçamento o resultado negativo era “absorvido” por transferências a efectuadas ou a efectuar pela Câmara Municipal e a registar na conta subsídios à exploração -74- sendo o Resultado Líquido nulo, e nas contas de 2009 (Balanço e Demonstração de Resultados) é apurado o resultado líquido negativo referido e “coberto” pelas mesmas transferências a registadas em conta de Capitais.

Tal deve-se ao facto de, após aprofundada análise técnico/legal, cujas conclusões mereceram a concordância do Revisor Oficial de Contas, as demonstrações financeiras revelarem assim de forma mais adequada e verdadeira a situação patrimonial da empresa atento o que dispõem os artigos 20º – Contratos de Gestão e 31º, - Equilíbrio das Contas - da Lei 53-F/2006.

4. Situação económico-financeira

Tem o Conselho de Administração ao longo dos anos, através dos relatórios de Gestão dos diferentes exercícios, assumido, também por nisto estar fortemente empenhado, que face ao objecto social da empresa - gestão do estacionamento no espaço público urbano e gestão de veículos em fim de vida VFV's - esta tenderia para a auto-sustentabilidade económico financeira a relativamente curto prazo, entendida a auto-sustentabilidade como a capacidade de gerar proveitos operacionais suficientes para suportar os custos necessários à sua formação.

No relatório de gestão de 2008 refere-se, como condicionante determinante à procura da auto-sustentabilidade, o facto da actividade associada à fiscalização das infracções do código da estrada da qual resultam coimas – vulgarmente designadas por multas – ser altamente deficitária uma vez

que os proveitos efectivos, entendidos como a % das coimas efectivamente arrecadadas – transferidas pela ANSR para a ECALMA – eram manifestamente insuficientes para cobrir os custos directamente associados a esta actividade (não cobriam sequer os custos com correios e consultas à base de dados do Ministério da Justiça para identificação de proprietários a partir das matrículas), “deixando de fora” todos os outros custos com outros fornecimentos e serviços de terceiros e custos com pessoal.

Permitimo-nos transcrever o referido no relatório de Gestão de 2008 para uma melhor enquadramento do que ora se relata: Assim:

“A maioria das infracções identificadas e autuadas tem uma coima de 30 euros, sendo que a média apurada no ano de 2008 ronda os 37,5 euros. Até ao final de 2008 as coimas eram pagas pelo infractor, directamente ou através da ECALMA, à ANSR.

Das coimas assim recebidas pela ANSR, a ECALMA, enquanto entidade atuante, tem direito a 30%, a serem transferidos por aquela entidade, com um diferimento imprevisível (logo que considerados recepcionados por parte do infractor os autos são enviados à ANSR não sendo possível à empresa assegurar qualquer forma de controlo dos autos que são liquidados a esta entidade e da remessa dos respectivos valores).

As despesas administrativas directas, não incluindo despesas com o pessoal, seja de fiscalização, seja administrativo, dos levantamentos e processo administrativo subsequente, absorvem mais de 50% da percentagem devida à ECALMA (9€, na grande maioria das coimas).

É pois, pelo menos duvidoso, que a “actividade de multar”, ao contrário do que em geral se pensa, seja de sustentabilidade demonstrável ainda que fosse recebida toda a receita teoricamente possível, o que não é sequer imaginável.

Como já referido anteriormente, o valor das coimas associadas aos autos enviados à ANSR, não cobradas directamente pela empresa, ronda os 400.000 euros, não cobradas directamente pela empresa, o que representa, em limite, um proveito potencial (30%) rondando portanto 120.000 euros.

Uma de duas conclusões se pode retirar: ou nível de cobrança da ANSR é bastante reduzido o que põe desde logo em causa a eficácia das coimas enquanto elemento de dissuasor de atitudes conducentes à transgressão ou, talvez pior do ponto de vista ético-legal, a ANSR “vive” uma complexa situação administrativa, as coimas são cobradas em percentagem mais significativa e não são como é exigível por lei transferidas atempadamente para a ECALMA.

Em qualquer caso os efeitos desta situação colocam evidentes problemas, quer de forma directa quer indirecta, na desejada auto-sustentabilidade da empresa, que pode, assim, estar a revelar de forma menos verdadeira, embora tecnicamente adequada, a sua situação económica e capacidade de gerar auto-sustentabilidade.”

Balanceando a situação até 31 de Dezembro de 2009, que só não é muito mais gravosa porque a partir de 1 de Janeiro de 2009 ao abrigo do art.º 7º do Dec.-Lei 197/2008 e disposto na Portaria 1463/2008, a ECALMA passou a cobrar directamente o valor da coima, do qual passou a ter direito a 55% contra os anteriores 30%, por autos de infracção levantados quando o agente está na presença do infractor o que se verifica em situações de (des)bloqueio ou remoção, deverá referir-se:

- O valor total dos coimas a cobrar, referentes aos anos de 2007/2008, enviados para a ANSR que, de acordo com a Lei, a ECALMA tem direito a 30%, ascende a 433.926,29 euros, donde o proveito potencial seria de 130 177,89 euros.

- O valor total dos coimas a cobrar, referentes aos anos de 2009, enviados para a ANSR e que de acordo com a Lei a ECALMA tem direito a 55%, ascende a 195 335.05 euros, donde o proveito potencial seria de 107 434 euros.
- O total das transferências efectuadas pela ANSR até 31 de Dezembro imputáveis aos créditos/direitos da ECALMA, acima informados ascendeu a 53 502,56 euros.

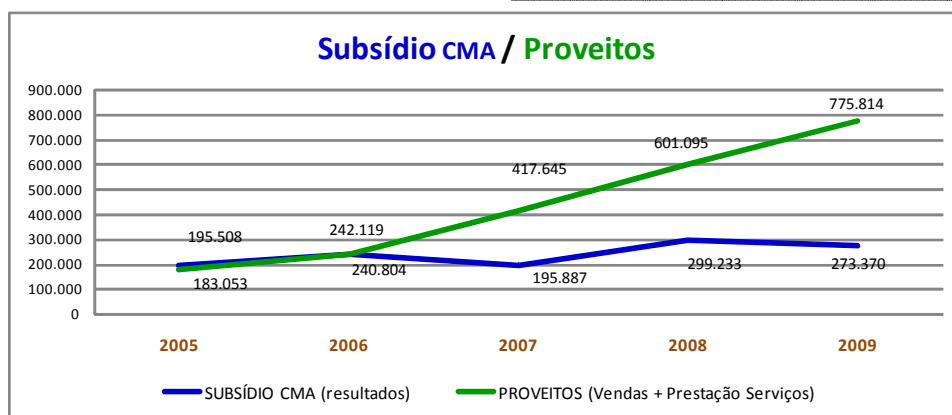
Ou seja do total dos direitos/créditos da ECALMA de 2007 a 2009 apenas foram transferidos 41% (!) se considerarmos apenas os autos enviados em 2007/08 ou 22.5% (!!)

se considerarmos a sua totalidade.

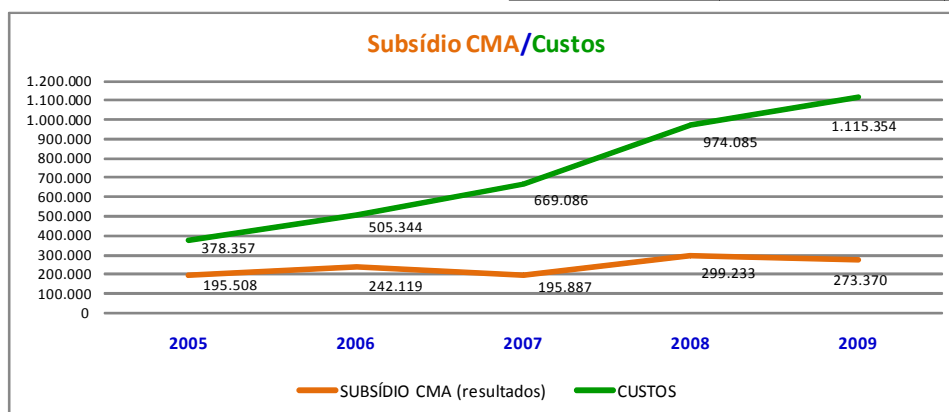
Neste quadro e procurando que as demonstrações financeiras da ECALMA revelem sua situação financeira da forma o mais verdadeira e apropriada, possíveis nas circunstâncias, o Conselho de Administração, consultado o Revisor Oficial de Contas, decidiu manter, pelas razões anteriormente aduzidas, o critério de relevar os proveitos apenas aquando da sua arrecadação, debitando a ANSR pelos potenciais proveitos em dívida à data, por contrapartida de proveitos diferidos, e que à data de 31 de Dezembro ascendiam a 184 109.60 euros, e estabelecer contactos junto da ANSR, e outros mecanismos que se mostrem adequados, tendentes ao esclarecimento e regularização/normalização desta situação.

Em síntese, pode sem dúvida alguma afirmar-se que o equilíbrio económico-financeiro ou a auto-sustentabilidade está grandemente “contaminado” pela actividade de fiscalização relativa ao cumprimento das disposições do Código da Estrada (no exercício de um poder de autoridade própria do estado e sem que a empresa ou a tutela possa decidir sobre os “preços “ – taxas e coimas - que não fazendo sequer parte do objecto social da empresa quando da sua criação é a responsável pela maioria dos custos (estima-se que cerca de 2/3) da empresa sendo que os proveitos registados, porque recebidos, que lhe estão directamente associados – taxas e coimas – em 2009 foram cerca de 1/3 da totalidade dos proveitos operacionais da empresa mesmo tendo em conta que neste exercício a percentagem foi de 55% contra 30% anteriores e cerca de 30% arrecadados directamente na ECALMA.

	2005	2006	2007	2008	2009
SUBSÍDIO CMA (resultados)	195.508	242.119	195.887	299.233	273.370
PROVEITOS (Vendas + Prestação Serviços)	183.053	240.804	417.645	601.095	775.814
	107%	101%	47%	50%	35%



	2005	2006	2007	2008	2009
SUBSÍDIO CMA (resultados)	195.508	242.119	195.887	299.233	273.370
CUSTOS	378.357	505.344	669.086	974.085	1.115.354
	52%	48%	29%	31%	25%



Os quadros/gráficos que se apresentam acima mostram que a evolução da actividade geral da empresa relacionada com as necessidades de financiamento por parte da Câmara Municipal de Almada, para cobertura de resultados, desde a sua criação, aponta claramente no sentido dum crescimento equilibrado e sustentado que poderá tender para uma situação de auto-sustentabilidade.

Este objectivo, atenta a sua actividade na gestão de serviços de interesse geral - artºs. 18º a 20º do RJSEL, não sendo eventualmente exigível face aos objectivos gerais da empresa, é desejável e parece atingível, resolvidos que estejam, de forma equilibrada, as condicionantes e constrangimentos que vimos reportando no que à actividade e relação custos/proveitos da fiscalização do disposto no Código da Estrada respeita.

5. Investimento

Como poderá verificar-se no mapa “Plano de Investimento”, anexo ao presente relatório, o investimento em capital fixo em 2009 atingiu 227.745,67 euros. Se considerarmos os restantes

47.197.64 euros da conclusão (em finais de Janeiro) da obra de remoção do telhado (em risco de colapso) e montagem de cobertura provisória das instalações, da sede iniciada em finais de 2009, a execução do plano de investimento ascenderia a cerca de 275.000 euros, correspondentes a 78,5% do previsto no montante de 350.150 euros.

Os investimentos mais relevantes referem-se à já mencionada obra de reparação da cobertura no montante de 61.058 euros; 21.000 euros para novos PDA's com impressora (equipamentos individuais para os agentes de fiscalização); 29.500 euros para novo reboque de reforço dos meios operacionais de fiscalização e de remoção de VFV's e 46.822 euros para parquímetros e equipamentos de controlo de entrada dos Parques da Costa da Caparica e da Av. Afonso Henriques, não previstos em Plano de Actividade e Orçamento.

Relativamente ao financiamento manteve-se a política financeira dos anos anteriores, sendo os investimentos em meios operacionais financiados pela Câmara Municipal e os investimentos em meios administrativos e de funcionamento financiados pelo capital social (inicial), conforme mapa anexo.

6. Resultados do exercício e proposta de aplicação

O Resultado Líquido do exercício, apurado depois de amortizações e de impostos (tributação autónoma) foi de 273.369,92 euros negativos (*vide* dois últimos parágrafos do ponto 3) que se propõe sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados onde serão saldados (cobertos) pelas transferências de igual montante, já realizadas e a realizar pela Câmara Municipal de Almada, de acordo com o artigo 31º da Lei 53-F/2006 – Equilíbrio das Contas -, pelo que os capitais próprios da Empresa permanecerão iguais ao capital inicial.

7. Perspectivas futuras

No decurso do exercício em apreço foram alterados os estatutos da empresa para conformação dos mesmos com a Lei 53-F/2006. Nessa oportunidade foi acrescido ao objecto social da empresa a gestão do **Flexibus**, - meio de transporte amigo do ambiente para ser utilizado no centro da cidade, que, por ser flexível nos horários e locais de paragem, acrescentará facilidade e qualidade à mobilidade dos almadenses, em geral, mas visando em particular e fundamentalmente aqueles que têm mais limitações na sua mobilidade, com relevo para os mais idosos.

Continuará a acrescentar-se oferta de estacionamento de duração limitada e entrarão em funcionamento, sob gestão da empresa, 5 novos parques de estacionamento, no âmbito do desenvolvimento da implementação do Plano Mobilidade.

O ano de 2008 permitiu, por outro lado, estabilizar ou alargar a capacidade operacional da empresa quer em meios quer humanos quer materiais.

De referir ainda o facto de as receitas directas da empresa no que se refere às coimas ter sido alargada, como já foi relatado, de 30% para 55%.

Considerando o acima mencionado, o exposto no ponto 3 do presente relatório e sanados ou esbatidas que estejam os constrangimentos e condicionantes aí referenciados, no que se refere à

questão das coimas para além de um significativo crescimento da actividade da empresa perspectiva-se que este possa vir a consumir-se numa base de maior grau de sustentabilidade económico-financeira.

8. Notas finais

O Conselho de Administração reafirma o maior apreço e satisfação pelo bom acolhimento que tem continuado a merecer das mais diversas entidades, com quem a empresa mantém contactos e desenvolve relações, bem demonstrado pela excelência destas e pelos inestimáveis apoios recebidos.

Neste quadro cabem particulares e sinceros agradecimentos aos Comandos da PSP e GNR e seus agentes bem como aos Serviços da Câmara Municipal de Almada.

Ao Fiscal Único, Dr. Murillo Marques, o reconhecimento e agradecimento pela forma empenhada, disponível e dialogante com que, no exercício das suas competências próprias, se tem relacionado com o Conselho de Administração.

A todos os trabalhadores, prestadores de serviços e outros colaboradores, base essencial na vida e afirmação da Empresa, o apreço pela dedicação, empenho e espírito colectivo postos no exercício das funções ou prestação de serviços.

Ao Dr. José Gonçalves, no exercício em que cessou funções como presidente do Conselho de Administração da ECALMA, para ocupar novas e relevantes funções na vereação eleita no final de 2009, não podemos deixar de manifestar a nosso apreço e admiração pelo empenho, dedicação e competência com que conduziu (desde a sua criação) os destinos da ECALMA, EM, enquanto entidade instrumental da execução do Plano de Mobilidade – Acessibilidades XXI.

Colectivamente, saberemos cumprir a gratificante missão de assegurar o usufruto qualificado, na área do estacionamento, do espaço público urbano aos Almadenses.

Almada, 15 de Março de 2010

José Félix Simões

Rui Jorge Martins

Nuno Álvaro Santos Silva

Presidente

BALANÇO

31-Dez-09

un: €

Activo	Exercícios			
	N			N-1
	AB	AA	AL	AL
Imobilizado				
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	1.184,96	1.184,96	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.184,96	1.184,96	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções	177.889,73	29.228,04	148.661,69	101.815,66
Equipamento básico	834.245,91	248.438,60	585.807,31	315.442,54
Equipamento de transporte	60.917,88	59.040,76	1.877,12	6.175,36
Ferramentas e utensílios	6.869,45	5.504,05	1.365,40	1.978,35
Equipamento administrativo	132.716,41	112.095,06	20.621,35	15.333,26
Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	13.860,00	0,00	13.860,00	266.650,91
	1.226.499,38	454.306,51	772.192,87	707.396,08
Circulante				
Existências				
Mercadorias (AEO's)	15.251,14	0,00	15.251,14	9.772,43
	15.251,14	0,00	15.251,14	9.772,43
Dívidas de terceiros - Curto prazo				
Clientes c/c	12.158,28	0,00	12.158,28	10.473,05
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	93,93	0,00	93,93	93,93
Estado e outros entes públicos	190.879,96	0,00	190.879,96	4.663,90
Sócios e Accionistas - Câmara Municipal	167.269,92	0,00	167.269,92	196.474,50
Outros devedores	2.341,10	0,00	2.341,10	23.970,86
	372.743,19	0,00	372.743,19	235.676,24
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	191.113,00		191.113,00	105.529,03
Caixa	14.698,75		14.698,75	11.227,75
	205.811,75	0,00	205.811,75	116.756,78
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimo de proveitos	0,00		0,00	0,00
Custos diferidos	9.205,57		9.205,57	12.908,87
	9.205,57	0,00	9.205,57	12.908,87
Total de Amortizações		455.491,47		
Total de Ajustamentos		0,00		
Total do activo	1.830.695,99	455.491,47	1.375.204,52	1.082.510,40

BALANÇO
31-Dez-09

	Exercícios	
	N	N-1
Capital próprio e passivo		
Capital próprio		
Capital	250.000,00	250.000,00
Reservas	0,00	0,00
Reservas legais	0,00	0,00
Resultados transitados - Cobertura resultados (artº31º -Lei 53F/2006)	273.369,92	0,00
Resultado líquido do exercício	-273.369,92	-3.543,73
	250.000,00	246.456,27
Dívidas a terceiros - Médio/longo prazo		
Instituições de crédito	0,00	0,00
Accionistas	0,00	0,00
Fornecedores de Imobilizado c/Leasing	0,00	5.939,97
	0,00	5.939,97
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	0,00	0,00
Fornecedores c/c	64.727,29	72.564,53
Accionistas	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado c/c	51.465,08	108.234,11
Fornecedores de imobilizado c/leasing	5.279,40	10.476,26
Estado e outros entes públicos	48.882,22	25.902,13
Outros Credores	13.515,05	24.593,08
Provisões para outros riscos e encargos		
	183.869,04	241.770,11
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	424,23	588,08
Proveitos diferidos	940.911,25	587.755,97
	941.335,48	588.344,05
Total do Passivo	1.125.204,52	836.054,13
Total do capital próprio e passivo	1.375.204,52	1.082.510,40

O Técnico de Contas

Ana Cristina Páscoa

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins - presidente
José Félix da Mata Silva Simões
Nuno Álvaro Santos Silva

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31-Dez-09

un: €

	Exercícios			
	N		N-1	
Custos e Perdas				
Custo das mercadorias e matéria consumidas				
Mercadorias (AEO's)		149.176,59		121.670,75
Fornecimentos e serviços externos		201.604,41		185.520,04
Custos com o Pessoal				
Remunerações	556.269,77		420.796,25	
Encargos sociais				
Outros	151.885,21	708.154,98	103.745,33	524.541,58
Amortizações e Ajustamentos	162.854,04		113.943,92	
Provisões	0,00	162.854,04	0,00	113.943,92
Impostos	726,52		286,44	
Outros custos operacionais	0,00	726,52	0,00	286,44
(A)		1.222.516,54		945.962,73
Juros e custos similares	2.402,74	2.402,74	1.832,59	1.832,59
(C)		1.224.919,28		947.795,32
Custos e perdas extraordinários		17.281,60		26.289,30
(E)		1.242.200,88		974.084,62
Imposto sobre o rendimento do exercício		1.749,76		1.420,45
(G)		1.243.950,64		975.505,07
Resultado líquido do exercício		-273.369,92		-3.543,73
		970.580,72		971.961,34
Proveitos e Ganhos				
Vendas				
VFV's e outras sucatas	57.100,19		47.534,69	
Prestações de serviços	718.714,06	775.814,25	505.691,23	553.225,92
Proveitos suplementares	0,00		0,00	
Subsídios à exploração	57.500,00		343.558,88	
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	57.500,00	0,00	343.558,88
(B)		833.314,25		896.784,80
Outros juros e proveitos similares	853,80	853,80	4.844,17	4.844,17
(D)		834.168,05		901.628,97
Proveitos e ganhos extraordinários				
Subsídios ao investimento	126.726,47			67.566,47
Outros	9.686,20	136.412,67		2.765,90
(F)		970.580,72		971.961,34
Resumo				
Resultados operacionais (B) - (A)		-389.202,29		-49.177,93
Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)		-1.548,94		3.011,58
Resultados correntes (D) - (C)		-390.751,23		-46.166,35
Resultados antes de impostos (F) - (E)		-271.620,16		-2.123,28
Resultado líquido do exercício (F) - (G)		-273.369,92		-3.543,73

O Técnico de Contas

Ana Cristina Páscoa

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins - presidente
José Félix da Mata Silva Simões
Nuno Álvaro Santos Silva

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2009

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.2 - Existências

- Custo de aquisição

3.3 - Imobilizações

-Custo de aquisição

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

Empregados 45

8. COMENTÁRIO ÀS CONTAS 431 "DESPESAS DE INSTALAÇÃO"

Relevam as despesas de registo (RNPC) e de publicação (INCM) relativas à constituição da empresa

10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

ACTIVO BRUTO

CORPÓREO

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Transferências	Saldo final
Edifícios e construções	113.110,73	64.779,00	0,00	0,00	177.889,73
Equipamento básico	461.434,03	372.811,88	0,00	0,00	834.245,91
Equipamento de transporte	60.917,88	0,00	0,00	0,00	60.917,88
Ferramentas e utensílios	6.265,44	604,01	0,00	0,00	6.869,45
Equipamento administrativo	90.469,56	43.469,19	0,00	1.222,34	132.716,41
Imobilizações em curso	266.650,91	13.860,00	0,00	-266.650,91	13.860,00
	998.848,55	495.524,08	0,00	1.222,34	1.226.499,38

INCORPÓREO

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Despesas de instalação	1.184,96	0,00	0,00	1.184,96
	1.184,96	0,00	0,00	1.184,96

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

CORPÓREO

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Reduções	Transferências	Saldo final
Edifícios e construções	11.295,07	17.932,97	0,00	0,00	29.228,04
Equipamento básico	170.246,85	102.447,11	0,00	0,00	248.438,60
Equip/ Transporte	30.487,16	4.298,24	0,00	0,00	59.040,76
Ferram. e Utensílios	4.206,51	1.216,96	0,00	0,00	5.504,05
Equip/ Administrativo	75.216,88	36.958,76	0,00	0,00	112.095,06
Outras imobil. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	291.452,47	162.854,04	0,00	0,00	454.306,51

INCORPÓREO

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Reduções	Regularizações	Saldo final
Despesas de instalação	1.184,96	0,00	0,00	0,00	1.184,96
	1.184,96	0,00	0,00	0,00	1.184,96

14. COM RELAÇÃO ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

Imobilizações implantadas em propriedade alheia	389.921,43
Obras de requalificação das instalações (sede) comodatas pela CMA	13.860,00
Instalações do Alto do Indio (comodatadas)	137.622,98
Organização Espaço Público - Zonas Piloto	238.438,45

15. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Bens em Locação Financeira	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Líquido
Viatura pesada Mitsubishi 79-42-ZU	38.039,99	38.039,99	0,00

21. AJUSTAMENTOS EM RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Rubricas	saldo inicial	reforço	reversão	saldo final
Existências				
Mercadorias - Avenças Especiais	9.772,43	154.655,30	149.176,59	15.251,14

35. FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social -inicial- de € 250.000, detido na sua totalidade pela Câmara Municipal de Almada, encontra-se integralmente realizado em dinheiro.

40. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RÚBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

CONTAS	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Capital	250.000,00			250.000,00
Reservas Obrigatórias	0,00			0,00
Resultados Transitados/Cobertura prejuizos	0,00	3.543,73	276.913,65	273.369,92
Resultado Líquido	-3.543,73	273.369,92	3.543,73	-273.369,92
total	246.456,27	276.913,65	280.457,38	250.000,00

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS (AEO's) VENDIDAS

MOVIMENTOS	Mercadorias
Existências iniciais	9.772,43
Compras	154.655,30
Regularização	0,00
Existências finais	15.251,14
Custos do exercício	149.176,59

45. REMUNERAÇÕES ATRIBUIDAS AOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS (...)

Conselho de Administração	
Vogais executivos (2)	75.426,68

44. REPARTIÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (...)

A totalidade das operações foi realizada no mercado interno

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e perdas	exercícios	
	N	N-1
Juros suportados	523,26	1.280,40
Desc. p ^o .p ^o . concedidos		
Outras custos e perdas	1.879,48	552,19
Resultados financeiros	-1.548,94	3.011,58
total	853,80	4.844,17
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	853,80	4.844,17
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos	0,00	0,00
total	853,80	4.844,17

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas	exercícios	
	N	N-1
Donativos	0,00	250,00
Perdas em imobilizações	2.239,11	0,00
Multas e penalidades	0,00	350,00
Correcção exerc. anteriores	7.493,47	1.654,28
Outros custos e perdas	7.549,02	24.035,02
Resultados extraordinários	119.351,57	44.043,07
total	136.633,17	70.332,37
Proveitos e ganhos		
Correcção exerc. anteriores	8.952,70	2.634,68
Amortizações Imob. Financiado (2745)	126.726,47	67.697,69
Outros proveitos e ganhos	954,00	0,00
total	136.633,17	70.332,37

O Técnico Oficial de contas

Ana Cristina Páscoa

O Conselho de administração

Rui Jorge Martins

José Félix Mata Siva Simões

Nuno Álvaro Santos Silva

Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa

2009

	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado Líquido	0,00
AJUSTAMENTOS:	
Amortizações	135.000,00
Resultados financeiros	-1.200,00
Diminuição das dívidas de terceiros	214.458,67
Diminuição das existências	2.922,43
Diminuição das dívidas a terceiros	-83.268,45
Diminuição dos proveitos diferidos (Subsídios ao investimento)	-103.500,00
Diminuição dos custos diferidos	2.908,87
Aumento dos acréscimos de custos	273,92
FLUXO DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS [1]	167.595,44
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:	
Imobilizações corpóreas	0,00
Imobilizações incorpóreas	0,00
Subsídios de investimento (Proveitos Diferidos)	334.150,00
Juros e proveitos similares	3.000,00
	337.150,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:	
Imobilizações corpóreas	-350.150,00
Imobilizações incorpóreas	0,00
	-350.150,00
FLUXO DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO [2]	-13.000,00
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:	
Empréstimos obtidos	0,00
Aumentos de capital... (cobertura de resultados transitado)s	3.543,73
Subsídios e doações	0,00
	3.543,73
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:	
Empréstimos obtidos	0,00
Amortização de contratos de locação financeira	-11.775,08
Juros e custos similares	-1.800,00
Perdas extraordinárias	0,00
	-13.575,08
FLUXO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO [3]	-10.031,35
Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	144.564,09
Caixa e seus equivalentes no início do período	116.756,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	261.320,87
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)	144.564,09
(a) O resultado líquido integra subsídio à exploração - € 259,884 - Contrato de Gestão	
<p>O Técnico de Contas</p> <p>Ana Cristina Páscoa</p>	<p>O Conselho de Administração</p> <p>José Manuel Raposo Gonçalves</p> <p>José Félix da Mata Silva Simões</p> <p>Nuno Álvaro Santos Silva</p>

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2009

NATUREZA	ORÇ 09	Contas09	%
PROVEITOS	873.178	843.854	96,6%
Vendas	83.345	57.100	68,5%
VFV's e outras sucatas	83.345	57.100	68,5%
Prestações de Serviços	724.333	718.714	99,2%
Gestão de Parques	232.500	229.282	98,6%
Praias do Rei e Rainha	120.000	122.614	102,2%
Parques cidade AEAC's	112.500	106.668	94,8%
Taxas infracções (bloqueios remoções)	166.080	116.920	70,4%
Percentagem coimas	87.648	74.539	85,0%
Estac. duração limitada (Parquímetros)	238.105	297.973	125,1%
Proveitos Suplementares	0	0	
Subsídios à Exploração	62.500	57.500	92,0%
Avenças Especiais Almada Centro (AEAC's)	62.500	57.500	92,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	3.000	854	28,5%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	0	9.686	
Subsídios ao Investimento	0	(a)	
Outros	0	9.686	
CUSTOS E PERDAS	1.133.062	1.115.475	98,4%
Custo AEO's vendidas	167.500	149.177	89,1%
Fornecimentos e Serviços de terceiros	210.616	201.604	95,7%
Combustíveis	12.000	10.913	
Material de escritório	24.000	20.240	
Rendas e Alugueres	0	17.622	
Comunicações	71.940	50.724	
Seguros	6.300	6.055	
Honorários	10.500	7.540	
Contencioso e notariado	20.776	19.452	
Registo automóvel	20.776	19.248	
Outras	0	204	
Conservação e reparação	8.500	14.967	
Marketing comunicação	6.000	0	
Limpeza Higiene e conforto	11.600	13.405	
Trabalhos especializados	27.000	32.837	
Outros	12.000	7.849	
Impostos	300	727	242,3%
Custos com o Pessoal	715.346	708.155	99,0%
Órgãos sociais	94.482	91.457	96,8%
Remunerações	80.269	77.743	
Encargos sociais	14.213	13.714	
Pessoal	620.864	616.698	99,3%
Remunerações	490.510	478.527	
Encargos sociais	98.948	100.818	
Seguros	12.406	12.182	
Fardamentos	5.000	11.016	
Formação	8.000	5.785	
Outras	6.000	8.370	
Amortizações do Exercício	(a) 31.500	36.128	114,7%
Custos e Perdas Financeiras	1.800	2.403	133,5%
Custos e Perdas Extraordinários	6.000	17.282	288,0%
RESULTADO LÍQUIDO antes de imposto	-259.884	-271.621	
IRC - Tributação autónoma	0	1750	
RESULTADO LÍQUIDO	-259.884	-273.370	
Cobertura de Resultados- Artº31º - Lei 53/F 2006	259.884	273.370	
	0	0	

(a) não relevadas as amortizações do imobilizado financiado e os proveitos inerentes para uma correcta comparabilidade

O Técnico de Contas

Ana Cristina Páscoa

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins-presidente
José Félix da Mata Silva Simões
Nuno Álvaro Santos Silva

MAPA PREVISIONAL DE CUSTOS E PROVEITOS

= ORÇAMENTO =

2009

NATUREZA	ORÇ 09
PROVEITOS	1.133.062
Vendas	83.345
VFV's e outras sucatas	83.345
Prestações de Serviços	724.333
Gestão de Parques	232.500
Praias do Rei e Rainha	120.000
Parques cidade AEO's	112.500
Taxas infracções (bloqueios remoções)	166.080
Percentagem coimas	87.648
Estac. duração limitada (Parquímetros)	238.105
Proveitos Suplementares	0
Subsídios à Exploração	322.384
Avenças Especiais Almada Centro	62.500
Gestão Zona Pedonal	125.000
Artº 31º Lei 53-F/2006	134.884
Proveitos e Ganhos Financeiros	3.000
Proveitos e Ganhos Extraordinários	0
CUSTOS E PERDAS	1.133.062
Custo AEO's vendidas	167.500
Fornecimentos e Serviços de terceiros	210.616
Combustíveis	12.000
Material de escritório	24.000
Comunicações	71.940
Net	5.100
Telefones + fax	11.840
Correios	55.000
Seguros	6.300
Honorários	10.500
Contencioso e notariado	20.776
Registo automóvel	20.776
Outras	0
Conservação e reparação	8.500
Marketing comunicação	6.000
Segurança	0
Limpeza Higiene e conforto	11.600
Trabalhos especializados	27.000
Outros	12.000
Impostos	300
Custos com o Pessoal	715.346
Orgãos sociais	94.482
Remunerações	80.269
Encargos sociais	14.213
Pessoal	620.864
Remunerações	490.510
Encargos sociais	98.948
Seguros	12.406
Fardamentos	5.000
Formação	8.000
Outras	6.000
Amortizações do Exercício	31.500
Custos e Perdas Financeiras	1.800
Custos e Perdas Extraordinários	6.000
RESULTADO Apurado	0

PLANO DE INVESTIMENTO/FINANCIAMENTO

2009

NATUREZA	PLANO	REALIZADO	FINANCIAMENTO		OBS
			Cgestão09	Capital social	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	350.150,00	227.745,67	203.044,15	29.897,56	
1. EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	203.950,00	48.367,50	95.565,14		
1.1 Sistema video vigilância e expansão do sistema de segurança das instalações da sede	7.500,00	4.510,00	4.510,00		
1.2 Iluminação das instalações no Alto do Índio	20.000,00	0,00	0,00		
1.3 Obra de requalificação da sede (projecto e 1ª fase)	50.000,00	6.023,50	6.023,50		
1.4 Reparação do telhado	75.000,00	13.860,00	61.057,64		-47.197,64 a)
1.5 Pequenas intervenções (sede)	21.450,00	9.929,00	9.929,00		
1.6 Instalações provisórias para serviços administrativos de apoio à fiscalização	15.000,00	14.045,00	14.045,00		
1.7 Melhoria da segurança da rede de protecção do parque do Alto do Índio	5.000,00	0,00	0,00		
1.8 Requalificação das instalações do atendimento público	10.000,00	0,00	0,00		
2. EQUIPAMENTO BÁSICO	130.200,00	149.480,61	107.479,01		
2.1 Sistema integrado de Gestão	30.200,00	76.122,00	29.300,00		
2.1.1 7 PDA's c/ impressora (equip/individuais fiscalização)	10.500,00	21.000,00	21.000,00		
2.1.2 2 Impressoras para equipas de bloqueio	1.500,00	0,00	0,00		
2.1.3 3 PDA's para equipas de remoção	5.700,00	4.800,00	4.800,00		
2.1.4 Alteração/actualização da plataforma das aplicações informáticas	12.500,00	3.500,00	3.500,00		
2.1.5 1 Equipamento acesso e cobrança - P8 - Av Afonso Henriques		20.460,00	0,00	-20.460,00	20.460,00 b)
2.1.6 6 Parquímetros (P9 -Costa Caparica)		26.362,00	0,00	-26.362,00	26.362,00 c)
2.2 Organização do espaço	52.500,00	43.858,61	42.779,01		
2.2.1 Obras Zonas Piloto		1.200,00	0,00	-1.200,00	1.200,00 d)
2.2.2 Sinalética vertical	20.000,00	2.656,52	2.656,52		
Pequenas Obras (P9) - Av. Afonso Henriques	0,00	3.210,50	3.210,50		
2.2.3 Pequenas obras de organização/manutenção do espaço público de estacionamento	15.000,00	26.219,59	26.219,59		
2.2.4 Movimentação da bilheteira da Praia da Rainha	17.500,00	10.572,00	10.692,40	120,40	-120,40 e)
2.3 Outros equipamentos básicos	47.500,00	29.500,00	35.400,00	5.900,00	
2.3.1 Aquisição de 3 motocicletas	7.500,00	0,00	0,00		
2.3.4 Aquisição de 1 reboque	40.000,00	29.500,00	35.400,00		-5.900,00 e)
3. EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	16.000,00	29.897,56		29.897,56	
3.1 Equipamento informático (4 PCs + monitors) e outros	6.000,00	6.591,74		6.591,74	
3.2 Mobiliário administrativo	2.500,00	5.593,47		5.593,47	
3.3 Relógio de ponto + controlo acessos	2.500,00	5.988,00		5.988,00	
3.5 Outros equipamentos ligeiros e utensílios	5.000,00	11.724,35		11.724,35	
TOTAL	350.150,00	227.745,67	203.044,15	29.897,56	-5.196,04

232.941,71

a) Obra iniciada no final do ano e concluída em Fevº 2010 . b) c) d) Investimentos não previstos em Plano. e) Valor do IVA financiado por lapso (a regularizar).

O Técnico de Contas

Ana Cristina Páscoa

O Conselho de Administração

Rui Jorge Martins
José Félix da Mata Silva Simões
Nuno Álvaro Santos Silva



AM

**RELATÓRIO ANUAL DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
NOS TERMOS DO DECRETO N.º 487/99 DE 16 DE NOVEMBRO E DO ART.º 451.º DO
CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Ao

Exm.º Conselho de Administração

da ECALMA, EMPRESA DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, EM

Excelentíssimos Senhores,

1 - INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos do n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro de 1999 e destina-se a dar conta da fiscalização efectuada pelo revisor oficial de contas, relativamente ao Exercício de 2009.

2 - ÂMBITO

O meu trabalho de fiscalização abrangeu a revisão legal dessa empresa e o exame das suas contas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, de acordo com as Normas Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, publicadas no Diário da República, III Série, n.º 204 de 5 de Setembro de 1983, com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emiti a respectiva Certificação Legal das Contas, cujo conteúdo aqui dou como integralmente reproduzido.

3 - TRABALHOS REALIZADOS

3.01 - Com vista ao acompanhamento da actividade da empresa, participei ao longo do ano, em reuniões regulares, com o Conselho de Administração e com os responsáveis pelos Serviços.

3.02 - Verifiquei a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza e por Funções, o Mapa de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo ao Balanço, reportados a 31 de Dezembro de 2009, com as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade.

3.03 - Testei a conformidade das demonstrações financeiras com os registos que lhes servem de suporte, por escolha aleatória, examinei conjuntos de documentos que serviram de base à relevação contabilística, testando o cumprimento das sugestões, que ao longo do meu trabalho de revisão, fui apresentando.

3.04 - Periodicamente procedi à conferência do saldo de Caixa, examinando a sua composição, analisei o sistema de controlo interno e verifiquei como se processou a conferência dos saldos das contas de depósitos bancários e de terceiros, procedendo a testes de conformidade.

3.05 - Apreciei as normas internas aplicáveis à inventariação dos bens patrimoniais sujeitos a registo, tomei conhecimento dos critérios valorimétricos, os quais se encontram referidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

3.06 - Através dos balancetes progressivos do razão e de outros mapas financeiros acompanhei as variações patrimoniais ocorridas ao longo do exercício, analisei com profundo pormenor diversos movimentos ocorridos com terceiros.

3.07 - Verifiquei que para o cálculo das amortizações do exercício foram aplicadas as taxas das disposições legais em vigor e apreciei as situações justificativas da constituição de provisões numa base fiscal.



25
[Handwritten signature]

3.08 - Análise e teste vários componentes dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos, conferi o Balanço, a Demonstração de Resultados e os respectivos Anexos.

3.09 - Procedi à verificação da situação fiscal, competindo-me salientar que de acordo com a legislação respectiva as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos e de 5 anos para a segurança social.

3.10 - Solicitei e obtive do Conselho de Administração, a declaração de responsabilidade prevista no n.º 2 do artigo do artigo 26.º das Normas Técnicas, de acordo com a Directriz Internacional de Revisão n.º 22 da IFAC.

3.11 - Solicitei que fosse obtida, do Consultor Jurídico, a declaração sobre acções judiciais em curso, assim como das instituições de crédito, as diferentes posições existentes, quer de depósitos não à ordem, de empréstimos e responsabilidades.

3.12 - Verifiquei a conformidade do Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, com as contas do exercício.

ASSIM PUDE CONSTATAR:

(a) Que foram cumpridos os princípios, regras e métodos emergentes do Plano Oficial de Contabilidade, existindo uma adequada salvaguarda dos bens sujeitos a inventário, com apropriada expressão contabilística, de acordo com os princípios da contabilidade, incluindo o da consistência e respeito pela valorimetria.

(b) - Que os registos e inscrições dos bens e direitos sujeitos a tal, conferem a sua propriedade e a documentação probatória das operações e seu registo nos livros de escrituração estão em perfeito sincronismo respeitando o princípio da especialização dos exercícios, não considerando o acima mencionado.

(c) - Que foram cumpridas as disposições legais, estatutárias e as deliberações das assembleias gerais, designadamente quanto à aplicação de resultados e ainda que a escrituração dos livros obrigatórios se encontra actualizada em conformidade com os requisitos legais.

Como nada existe de relevante, resta-me agradecer a disponibilidade, sempre manifestada pelo Conselho de Administração, por de sua iniciativa, dar conhecimento de atempadas e úteis informações e ainda prestar todos os esclarecimentos solicitados.

Outrossim, expressar os meus agradecimentos aos responsáveis pelos Serviços, com quem tive de contactar no desempenho das minhas funções, pelo bom acolhimento que me concederam.

Finalmente, em face de tudo que antecede, posso emitir, nos termos da lei a CERTIFICAÇÃO LEGAL COMPETENTE.

Porto, 22 de Março de 2010
O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

[Handwritten signature]
(Dr. Murilo Angelo Marques - R.O.C. n.º 229)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO DO EXERCÍCIO DE 2009

No cumprimento das suas atribuições legais, tendo em vista o estatuído e disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente nos seus art.ºs 421.º e 451.º a 453.º, o Fiscal Único da sociedade ECALMA, EMPRESA DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, EM, vem submeter à apreciação de V. Ex.ªs o seu relatório da actividade exercida no decurso do Exercício de 2009 e dar o seu PARECER sobre o Relatório e as Contas apresentadas pelo Conselho de Administração desta Empresa com referência aquele Exercício.

O Fiscal Único averiguou da observância e do cumprimento da lei, dos actos do Conselho de Administração da Empresa e procedeu à verificação periódica, com a profundidade julgada oportuna nas circunstâncias, dos livros, registos contabilísticos e da documentação que lhe serviu de suporte, de acordo com as normas de revisão de contas geralmente aceites, recomendações das Directivas da CEE e do Decreto-Lei n.º 410/89, de 2 de Novembro, que criou o actual Plano Oficial de Contas, como refere no Relatório que emitiu na qualidade de revisor oficial de contas.

Nas reuniões conjuntas com o Conselho de Administração e com os Serviços, sempre foram obtidas as informações solicitadas, pronunciando-se em obediência à sua competência e no interesse social.

O Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivo Anexo, estão elaborados de harmonia com as exigências legais, merecendo total concordância a relevação contabilística do movimento ocorrido com as transferências efectuadas pela Câmara Municipal e do movimento dos proveitos estimados e potenciais, resultantes de coimas aplicadas, o que permite cumprir correctamente o disposto pelos art.ºs 20.º e 31.º da Lei 53-f/2006, no referente a contratos de gestão e equilíbrio das contas, como é referido no Relatório de Gestão, documento que faz uma exposição fiel sobre a situação do negócio e da situação económico-financeira da sociedade, obedecendo aos requisitos previstos na art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Como nada se encontrou, que mereça reparo, sou de PARECER que a Assembleia Geral se deve manifestar favoravelmente sobre o relatório de gestão, contas e aplicação dos resultados.

Porto, 22 de Março de 2010

O FISCAL ÚNICO

(Dr. Murilo Ângelo Marques, ROC n.º 229)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1.- *Examinei as demonstrações financeiras da sociedade ECALMA, EMPRESA DE ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO DE ALMADA, EM., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de balanço de € 1.375.204,52 e um total de capital próprio de € 250.000,00, incluindo um resultado líquido negativo de € 273.369,92, as Demonstrações dos resultados por natureza e funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.*

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2.- *É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.*

3.- *A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.*

AMBITO

4.- *O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.*

Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação.